

Mais de 2 mil casos de cólera matam 18 moçambicanos em Nampula e Cabo Delgado

O Ministério da Saúde registou até ao início desta semana mais de 2 mil casos de cólera nas províncias de Nampula e Cabo Delgado que causaram a morte de pelo menos 18 moçambicanos. O surto eclodiu recentemente na Cidade de Pemba onde foram registados três óbitos.

Texto: Redacção

O surto da chamada "doença das mãos sujas", originada pela falta de acesso a água canalizada e a inexistência de saneamento básico, eclodiu a 11 de Janeiro passado no Distrito de Nampula onde foram registados um total de 290 doentes e um óbito.

A cólera espalhou-se pelos distritos de Mogovolas, onde infectou 115 cidadãos e fez um óbito, Memba, 69, Nacala à Velha, 92, Meconta, 65, Ribaua, 61, Larde, 94, Monapo, 368, Nacarua, 30, Angoche, 78 e um óbito, e ainda Malema onde foram registados 216 doentes.

Na Província de Cabo Delgado a cólera eclodiu a 31 de Janeiro no Distrito de Mocimboa da Praia onde 227 cidadãos tiveram de receber tratamento médico. O vibrião espalhou-se para a Ilha do Ibo, onde infectou 161 pessoas e causou seis óbitos, para o Distrito de Macomia, onde infectou 120 pessoas e causou mais seis óbitos, e no dia 5 de Abril chegou a Cidade de Pemba onde 112 pacientes tiveram de ser tratados, três perderam a vida.

Oito óbitos por acidentes de viação na 1ª semana do Estado de Emergência em Moçambique

Apesar da maioria dos moçambicanos estar obrigada a restringir os seus movimentos durante o Estado de Emergência, para prevenção da pandemia da covid-19, os acidentes de viação não pararam e mais oito pessoas morreram nas estradas.

Texto: Redacção

Entre os dias 4 e 10 de Abril a Polícia da República de Moçambique (PRM) registou 12 sinistros rodoviários, cinco dos quais atropelamentos e três despistes seguido de capotamento.

De acordo com a PRM oito pessoas morreram em acidentes de viação durante a 1ª semana do Estado de Emergência que causaram 19 feridos, 12 dos quais em estado grave.

31 infectados pelo covid-19 em Moçambique, 20 são trabalhadores da Total e existem mais 27 casos suspeitos na Província de Cabo Delgado



A Directora Nacional de Saúde Pública anunciou nesta quinta-feira (16) o aumento para 31 infectados pelo covid-19 em Moçambique, "os dois casos trabalhavam em Afungi, e neste momento encontram-se em Maputo", revelou a Dra. Rosa Marlene. O @Verdade apurou que existem mais de duas centenas de contactos dos 20 trabalhadores da petrolífera Total infectados e que estão a ser testados 27 casos suspeitos do novo coronavírus na Província de Cabo Delgado.

Texto: Adérito Caldeira [continua Pag. 02](#)

Frelimo aprova Orçamento do Estado impossível de ser materializado em Moçambique

179 deputados do partido Frelimo cumpriram mais um ritual da nossa jovem democracia aprovando nesta quinta-feira (16) o mais irrealista e impossível de ser materializado Orçamento de Estado que Moçambique já teve e que, em poucos meses, deverá ser revisto para incluir o impacto económico da pandemia da covid-19 que arrastará o nosso país para uma recessão sem precedentes, tal como está acontecer em todo o mundo.

Texto: Adérito Caldeira

A irresponsabilidade e inconsciência dos deputados do partido Frelimo foi argumentada pela deputada Catarina Dimande: "esta lei de orçamento fala a verdade à Nação moçambicana. Fala à verdade porque numa altura em que persistem incertezas quanto as perspectivas de crescimento da economia mundial, dada a eclosão da covid-19, uma pandemia que já está a afectar negativamente alguns sectores de actividade no nosso país, num momento em que o país procura implementar o plano de reconstrução pós ciclones Idai e Kenneth com as atenções orientadas para a normalização da vida da população e do tecido empresarial das zonas afectadas, e numa altura em que se registam os tristes episódios de ataques armados nas zonas Centro e Norte do país que podem condicionar as perspectivas de crescimento económico previstas para 2020".



"Este Orçamento emerge com a expressão mais sincera a nossa realidade, esta lei do Orçamento revela o princípio de um futuro promissor após o período de adversidades que enfrentamos como Nação no último ciclo governativo. É um orçamento que procura assegurar a alocação de recursos para acções de mitigação dos efeitos nefastos da covid-19 e permitir a realização de despesas indispensáveis para o normal funcionamento das instituições do Estado, assegurando a consolidação da paz e unidade nacional, o de-

envolvimento do capital humano e social, o desenvolvimento de infra-estruturas sociais e económicas, a garantia de segurança alimentar e nutricional, o pagamento de salários numa conjuntura macro-económica mundial de crise financeira e de crise de saúde pública, entre outros", acrescentou a antiga assessora do Presidente Filipe Nyusi.

Prevendo um crescimento da economia de 2,2 por cento enquanto o mundo está a entrar em recessão, sem incluir o

[continua Pag. 02](#)

Diga-nos quem é o XICONHOCA da semana

Escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com



Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no

twitter.com/averdademz



→ continuação Pag. 01 - 31 infectados pelo covid-19 em Moçambique, 20 são trabalhadores da Total e existem mais 27 casos suspeitos na Província de Cabo Delgado

Graças a quarentena escolar, iniciada a 23 de Março, e ao Estado de Emergência, iniciado a 1 de Abril, o nosso país parece estar a conseguir minimizar a propagação do novo coronavírus que no actual cenário de “aglomerado de casos” estava previsto, no Plano Nacional de Preparação e Resposta da pandemia em Moçambique, a existência de mais de 2 mil contactos dos infectados, pelo menos 20 doentes hospitalizados e três óbitos.

Porém com 31 infectados, dois deles curados, Moçambique identificou pouco mais de duas centenas de contactos desses indivíduos que padecem da covid-19 não tem nenhum doente hospitalizado e não há óbitos. Desses doentes 23 contraíram o novo coronavírus em Moçambique e oito são casos importados.

A Província de Cabo Delgado continua a ser o epicentro da pandemia, particularmente os acampamentos da petrolífera francesa que lidera o projecto Mozambique LNG, de exploração de gás natural na Área 1 da Bacia do Rovuma de onde surgiram 20 infectados diagnosticados até a data.

“Um dos casos positivos é



um indivíduo do sexo masculino, de nacionalidade sul-africana, com mais de 30 anos de idade. O outro caso é um indivíduo de nacionalidade italiana com mais de 50 anos de idade. Os dois casos trabalhavam em Afungi, e neste momento encontram-se em Maputo. Os dois casos não apresentam sintomatologia contudo, e como sempre, estão mantidos em isolamento”, disse em conferência de imprensa a Dra. Rosa Marlene.

Por seu turno o director-geral adjunto do Instituto Nacional de Saúde (INS) pormenorizou que “um deles regressou vindo de Afungi a Maputo no dia 2 de Abril, e o segundo regressou a Maputo vindo de Afungi no dia 4 de Abril. O primeiro

indivíduo completa hoje 14 dias e o segundo indivíduo completa 12 dias que estão na Cidade de Maputo, em apartamentos privados de um condomínio”.

2º rede de infectados tem 73 contactos, 3ª rede de infectados tem 72 contactos

O Dr. Eduardo Samo Gudo Júnior esclareceu ainda que os dois novos infectados viajaram da Cidade de Pemba para a Cidade de Maputo “em voos comerciais. A investigação de contactos tem um protocolo padrão que inclui a componente de rastreio dos indivíduos que estavam no mesmo avião que estes que depois foram positivos”.

“Esse trabalho está a ser realizado mas se olharmos para as datas em que eles viajaram estamos a trabalhar com uma hipótese que foram infecções locais em Maputo e provavelmente não em Cabo Delgado, precisamos de comprovar esse aspecto. Mas independentemente das hipóteses há um trabalho que está a ser feito com as companhias aéreas com vista a mapear os indivíduos que estiveram na cadeira de frente, na cadeira de trás e nas laterais que serão os contactos nos voos comerciais de Pemba para Maputo”, explicou.

O responsável da instituição pública que diagnostica a covid-19 e investiga as suas ramificações disse ainda que estes dois novos

indivíduos positivos não fazem parte do grupo de amostras provenientes de Cabo Delgado, eles fazem parte da 3ª rede de contactos que está a ser seguida em Maputo”.

“Nessa 3ª rede de contactos (dos seis trabalhadores da Total diagnosticados no dia 14 de Abril) temos um total de 72 contactos, 40 em Maputo e 32 em Cabo Delgado”, precisou o Dr. Samo Gudo que clarificou que os 62 casos suspeitos testados hoje pelo INS fazem parte “da 2ª rede (dos três trabalhadores da Total diagnosticados no dia 10 de Abril) que tem 73 contactos. Não fazem parte do grupo de novas amostras que estamos a colher em Cabo Delgado”.

Da Província de Cabo Delgado deveriam ter sido testadas na manhã desta quinta-feira (16) pelo menos 27 amostras provenientes de casos suspeitos que estão na Cidade de Pemba e na Península de Afungi mas, “por deficiências logísticas houve um pequeno atraso do envio das amostras e chegaram tardiamente ao nosso laboratório”, o @Verdade apurou que os resultados só deverão ser tornados públicos nesta sexta-feira (17).

Ferido grave em incêndio de camiões tanques de combustível no Município de Nacala

Um cidadão contraiu queimaduras graves na sequência de um incêndio de grandes proporções envolvendo dois camiões tanques de combustível na manhã desta quinta-feira (16) na instalação oceânica no Município de Nacala, na Província de Nampula.

Texto: Redacção

O incêndio, cujas causas estão ainda por apurar, deflagrou cerca das 10 horas na Instalação Oceânica em Nacala pertencentes à transportadora Asamoc.

“Foi, de imediato, acionado o sistema de combate a incêndios e o alerta para apoio de outras entidades no Terminal, Porto de Nacala e cidade de Nacala evitando-se o alastramento das chamas para os reservatórios e outros sectores da instalação”, indica um comunicado de imprensa da Petróleos de Mo-

çambique (Petromoc).

De acordo com a Petromoc “como medida de segurança, foram retirados do local todos os trabalhadores e clientes e o incêndio foi extinto cerca das 16 horas tendo se registado apenas um ferido e avultados danos materiais”.

O @Verdade apurou que o ferido contraiu queimaduras graves e que depois de ser admitido no Hospital de Nacala teve de ser transferido para o Hospital Central de Nampula.

→ continuação Pag. 01 - Frelimo aprova Orçamento do Estado impossível de ser materializado em Moçambique

dinheiro que o Ministério da Saúde precisa para conter e mitigar o novo coronavírus e nem mesmo fundos para apoiar o povo ou o sector empresarial o Orçamento de Estado, assim como o Plano Económico e Social, do 1º ano do 2º mandato de Filipe Nyusi não podia ser mais irrealista.

Devido a impossível meta de cresci-

mento e de arrecadação de Receitas o @Verdade acredita que nos próximos meses o Executivo deverá pedir a Assembleia da República para voltar a reunir, as sessões plenárias foram interrompidas sine die devido a pandemia da covid-19, para os deputados do partido Frelimo enfrentarem a realidade e então aprovarem um orçamento rectificativo, quiçá já com acções e metas bem mais realistas.

Medidas do Banco de Moçambique para mitigar covid-19 custam 40 biliões de meticais

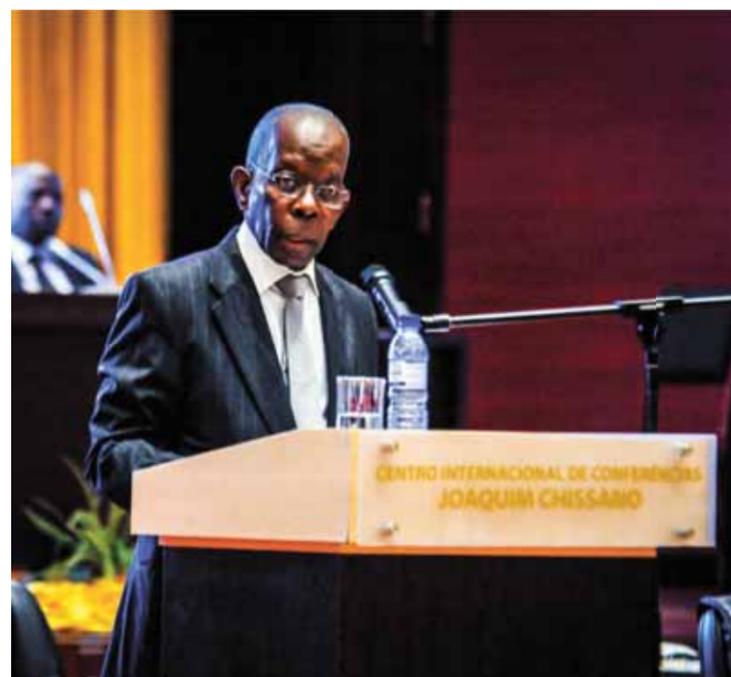
O ministro da Economia e Finanças anunciou na Assembleia da República que uma das primeiras medidas de mitigação do impacto da covid-19 na economia moçambicana vai custar 40 biliões de meticais.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: GPM

Durante a apresentação das propostas de Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado, que não incluem nenhuma medida específica de combate ao covid-19 e de mitigação do seu impacto na economia, Adriano Maleiane disse à plenária da Assembleia da República que o Governo já está implementar algumas acções citando o pacote fiscal, aprovado esta semana pelo Conselho de Ministro, que está orçado em 40 biliões de meticais.

O titular da Economia e Finanças indicou ainda que o pacote monetário introduzido pelo Banco de Moçambique em meados de Março está orçado em outros 40 biliões de meticais.

Relativamente ao pacote monetário o ministro Maleiane detalhou ao @Verdade que: “quantificar o que o Banco Central está a dizer, só



o facto de reduzir as Reservas Obrigatórias (sobre depósitos dos clientes dos bancos comerciais em moeda nacional e estrangeira em 150 pontos bases para 11,50 por cento e 34,50 por cento, respectiva-

mente) deixa uma margem para os bancos comerciais não depositarem 7 biliões (de meticais). Mais a linha de crédito de 500 milhões de dólares (cerca de 33,5 biliões de meticais) faz 40 biliões”.

Covid-19: Governo suspende cortes e multas por falta de pagamento de água durante o Estado de Emergência

Três semanas após ter sido detectado o primeiro doente com covid-19 o Governo de Filipe Nyusi enfim tomou algumas medidas para que pelo menos 18 milhões de moçambicanos possam cumprir a principal medida de prevenção que é a lavagem das mãos com água: "suspensão de cortes por falta de pagamento em todos os sistemas de abastecimento de água, a suspensão da emissão de multas por pagamento de água".

Texto: Adérito Caldeira



Lavar as mãos com água e sabão ou cinza é a principal medida para prevenir a propagação do novo coronavírus, em Moçambique esse é um privilégio de somente 18,3 milhões, dos mais de 30 milhões de habitantes, tem acesso ao precioso líquido, e nesse universo apenas cerca de 2 milhões obtém água canalizada.

Para os moçambicanos que tem acesso a água canalizada, através dos sistemas públicos e 1.830 privados, a partir deste domingo (12), e enquanto durar o Estado de Emergência o Governo decretou: "suspensão de cortes por falta de pagamento em todos os sistemas de abastecimento de água, a suspensão da emissão de multas por pagamento de água, restabelecimento de água aos clientes que ficaram suspensos por diversas razões, isentar o pagamento de água a todos os utentes dos fontanários públicos".

De acordo com o Director Nacional de Água e Saneamento, Milton Trindade, serão ainda mobilizados "meios para serviço alternativo de água às comunidades desprovidas" de água.

PES e OE não preveem combate e mitigação da pandemia covid-19 mas Défice orçamental em Moçambique ultrapassa 100 biliões



"A pandemia do covid-19 não está prevista no Orçamento de Estado", revelou o ministro da Saúde aos deputados da 3ª Comissão da Assembleia da República, Armindo Tiago explicou ao @Verdade que desde Janeiro o combate ao novo coronavírus está a ser feito retirando fundos "de outros Programas de Saúde". A falta de fundos foi confirmada pelo ministro da Economia e Finanças que, embora tenha revisto em baixa o crescimento económico, clarificou que no défice de 109,8 biliões de meticais da Lei Orçamental de 2020 não estão cabimentados os ventiladores, os hospitais distritais e nem os apoios pedidos pelo sector privado que ascendem a 30 biliões de meticais.

Texto: Adérito Caldeira continua Pag. 04 →

Mais trabalhador da Total infectado pelo covid-19, há 50 casos suspeitos do novo coronavírus na Província de Cabo Delgado

Mais um trabalhador da Total acusou positivo para a covid-19 elevando para 21 os casos em Moçambique, dos quais 10 são funcionários da petrolífera que lidera o projecto de exploração de gás natural no campo de Golfinho/Atum na Bacia do Rovuma. O @Verdade apurou que das 203 pessoas que estiveram em contacto com os doentes 50 são casos suspeitos do novo coronavírus na Província de Cabo Delgado.

Texto: Adérito Caldeira

O director-geral adjunto do Instituto Nacional de Saúde (INS), Dr. Eduardo Samo Gudo Junior, actualizou neste domingo (12) que "o país tem neste momento um total de 21 casos positivos, dos quais 13 são de transmissão local e oito importados". Dez destes doentes são trabalhadores da petrolífera Total. A Cidade de Maputo continua a ser o epicentro da covid-19 com 12 infectados, dois dos quais moçambicanos que ficaram curados.



"Lembrar que no dia 10 de Abril apresentamos nestas conferências de imprensa o resultados da 1ª etapa da investigação do caso (paciente 10) que foi diagnosticado na Província de Cabo Delgado no dia 2 de Abril. Esta 1ª etapa da investigação decorreu entre os dias 3 e 9 de Abril

e permitiu a identificação de um total de 66 contactos, dos quais nove foram positivos para o novo coronavírus. Imediatamente iniciou a 2ª etapa desta investigação, o objectivo é fazer o mapeamento da rede de contactos dos nove casos positivos

(seis em Afungi, dois em Pemba e um em Maputo)", pormenorizou o Dr. Samo Gudo.

O responsável pela instituição pública que diagnostica o covid-19 explicou ainda que "a 2ª etapa da in-

continua Pag. 04 →



A verdade em cada palavra.

ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail averdademz@gmail.com

@Verdade
O Jornal mais lido em Moçambique.

twitter.com/verdademz



→ continuação Pag. 03 - PES e OE não preveem combate e mitigação da pandemia covid-19 mas Défice orçamental em Moçambique ultrapassa 100 biliões

O atrasadíssimo Orçamento de Estado de 2020 vai custar 345,4 biliões de meticais, 124 biliões para os salários dos funcionários públicos, 70,9 biliões para investimentos públicos, 40 biliões para operações financeiras e 34,5 biliões para aquisição de bens e serviços.

O drama é que o Governo de Filipe Nyusi prevê ape-

nas exportação de carvão e camarão estão a abrandar, então temos de encontrar instrumentos para apoiar internamente. Nas importações, embora em termos de combustíveis estejamos a ter alguma vantagem com a diminuição dos preços, mas aquilo que nós importamos, infelizmente ainda importamos alguns cereais como o trigo, se o mercado não estiver

PQG, mas porque há muitos distritos que não estão preparados na eventualidade do país entrar no nível 4 (da pandemia de covid-19) foi inânime que era importante que, havendo quem estiver disponível, antecipar a construção desses hospitais”.

“Estamos a falar de 79 distritos a razão de 7 milhões significa 553 milhões de dólares. Se pegar os 700 milhões e tirar 553 milhões de dólares o que fica lá fica o montante necessário para o tratamento e prevenção e também cerca de 100 milhões tem a ver com a queda da Receita que resulta da queda do PIB. A nossa esperança é que possa haver alguma organização ou um país possa vir mesmo construir hospitais e nós agradecemos, alguns estão interessados em oferecer em espécie”, detalha o titular da Economia e Finanças.

O governante revelou ainda o pedido da Confederação das Associações Económicas para o adiamento do pagamento do Imposto sobre o Rendimento da Pessoa Colectiva (IRPC) “só isso dá 29 biliões (de meticais), depois propõe isenção do IVA dos óleos, sabão e dos meios de prevenção e de tratamento do covid-19 e somando isso dá cerca de 30 biliões (de meticais)”, montantes que não estão incluídos na proposta de Orçamento de Estado que deverá ser aprovada durante esta semana pelos deputados do partido Frelimo.

Combate ao novo coronavírus está a ser feito retirando fundos “de outros Programas de Saúde”

No sábado (11), também em audição parlamentar, à Comissão dos Assuntos Sociais, do Género, Tecnologias e Comunicação Social, o titular da Saúde reiterou que: “A pandemia do covid-19 não está prevista no Orçamento de Estado”.

Armindo Tiago indicou aos deputados que o custo projectado pela Saúde para Moçambique enfrentar o novo

coronavírus “são 50 milhões de dólares (norte-americanos) que esperamos seja coberto em 70 por cento pelos Parceiros e 30 por cento pelo Orçamento de Estado”.

“Desse valor 8,2 milhões é para componente de equipamentos, 3,2 milhões para questões laboratoriais, 19 milhões para o apetrechamento dos centros de isolamento e 2,8 milhões para aquisição de medicamentos. A evolução da covid-19 como pandemia é imprevisível, razão pela qual este Orçamento que estamos a dar são documentos que de forma progressiva são actualizados. O remanescente do valor seria

de Saúde considerando que este é prioridade, quando for aprovado for aprovado o Orçamento de Estado vamos fazer a devida devolução”.

Jatinhos presidenciais deveriam ser colocados à disposição do Ministério da Saúde

O @Verdade apurou que o Instituto Nacional de Saúde, instituição que tem estado na linha da frente na testagem dos casos suspeitos e investigações epidemiológicas do doentes funciona com défice orçamental, em 2019 do 92 milhões de meticais que tinha previsto rece-

PROPOSTA DO DOCUMENTO DE FUNDAMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2020						
Quadro 20. Financiamento do Orçamento do Estado (Em % do PIB)						
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
	CGE	LEI	PROP.	CGE	LEI	PROP.
	Em Milhões de MT			Em % do PIB		
1. Envelope de Recursos	291,738.6	340,414.7	345,381.8	34.0%	33.3%	33.9%
1.1 Recreitas do Estado	213,032.3	238,953.9	235,590.3	24.8%	23.4%	23.1%
1.2 Saldos Transitados de Mais-valias	7,067.3	5,274.0	14,274.4	0.8%	0.5%	1.4%
1.3 Financiamento Interno	19,051.0	19,447.3	28,510.0	2.2%	1.9%	2.8%
1.4 Recursos Externos	52,588.1	71,485.5	67,007.1	6.1%	7.0%	6.6%
Donativos	17,671.7	27,740.5	31,033.7	2.1%	2.7%	3.0%
Créditos	34,916.4	43,724.9	35,973.4	4.1%	4.3%	3.5%
2. Despesa Total	289,889.9	340,414.7	345,381.8	33.7%	33.3%	33.9%
2.1 Despesas de Funcionamento	178,187.3	196,592.6	228,348.7	20.7%	19.3%	22.4%
2.2 Despesas de Investimento	67,150.7	102,320.1	70,991.7	7.8%	10.0%	7.0%
2.3 Operações Financeiras	44,551.9	41,502.0	46,041.4	5.2%	4.1%	4.5%
Défice Orçamental	(76,857.7)	(96,186.8)	(109,791.5)	-8.9%	-9.4%	-10.8%
Défice Orçamental antes de Donativos	(46,230.1)	(64,174.5)	(54,286.1)	-5.4%	-6.3%	-5.3%
Défice Orçamental após Donativos	(28,558.4)	(36,434.0)	(23,252.4)	-3.3%	-3.6%	-2.3%

nas colectar de 235,6 biliões de meticais em receitas, das quais 195,5 em receitas fiscais. Como o @Verdade revelou será adicionado ao bolo das receitas 14,2 biliões das Mais-Valias do negócio entre a Anadarko e a Total e o Executivo espera ir buscar 28,5 biliões à Bolsa de Valores, através de mais endividamento interno.

“Quando iniciou esta pandemia fizemos uma revisão e chegamos a um cenário mais baixo que é o que estamos a usar aqui (na proposta de OE) de 2,2 por cento”, começou por explicar aos deputados da Comissão do Plano e Orçamento da Assembleia da República, na passada sexta-feira (10) o ministro da Economia e Finanças.

Adriano Maleiane deu a conhecer que: “O coronavírus tem dois efeitos para a nossa economia, no âmbito do comércio externo e na mobilidade de pessoas. No âmbito de comércio externo temos de ver os países para onde vão as nossas exportações, nós já sentimos que as nos-

as condições significa que temos de reorientar internamente, e como a agricultura não reage rápido teremos que ver a estabilidade de preços”.

Um dos pedidos da Confederação das Associações Económicas custa 30 biliões de meticais

O ministro Maleiane revelou que aumentar a capacidade de tratamento dos doentes que ficarem mais graves com o covid-19 o Governo vai comprar 100 ventiladores fixos e 200 ventiladores móveis, orçados em 228,5 milhões de meticais, que deverão ser suportados pelos Parceiros de Cooperação.

Adriano Maleiane confirmou a notícia avançada pelo @Verdade clarificando aos deputados da 3ª Comissão do Parlamento que dos 700 milhões dólares norte-americanos que o Governo pediu aos Parceiros de Cooperação “incluímos 79 distritos na base de um distrito um hospital, que está previsto no



usado essencialmente nas outras componentes, entre prevenção e comunicação em Saúde”, pormenorizou.

Questionado pelo @Verdade, sobre como tem sido custeadas as despesas que desde Janeiro o Ministério da Saúde tem incorrido, o ministro Armindo Tiago afirmou: “Nós estamos a fazer mediante processo de realocação de duodécimos mas também fizemos uma realocação dos fundos alocados pelos Parceiros, tivemos uma reunião e eles aceitaram que fizéssemos uma realocação dos fundos que estão disponíveis (para outros Programas de Saúde) e são esses que estão a ser usados para enfrentar o covid-19, obviamente com as dificuldades que este processo acarreta. Estamos a retirar de outros Programas

ber do Orçamento do Estado apenas 63,5 milhões foram realizados. Mais de 41 por cento dos fundos que o INS precisou para investigação e actividades científicas tiveram de ser conseguidos através de acordos bilaterais, de organizações multilaterais e de fundos competitivos.

Aliás a recolha de amostras dos casos suspeitos e o seu transporte a partir das províncias tem sido realizada através dos voos normais das Linhas Aéreas de Moçambique, por uma empresa privada de carga que cobra pelos seus serviços e à boleia da petrolífera Total. Importa recordar que o nosso país tem dois jatinhos executivos que servem o Presidente da República e que desde que o covid-19 foi detectado estão em terra.

→ continuação Pag. 03 - Mais trabalhador da Total infectado pelo covid-19, há 50 casos suspeitos do novo coronavírus na Província de Cabo Delgado

investigação permitiu a identificação até hoje de 91 contactos, que estão relacionados com os nove casos positivos que estão relacionados com o 1º caso da Província de Cabo Delgado. Desses 91 casos, 76 encontram-se na Província de Cabo Delgado, 63 em Afungi e 13 na Cidade de Pemba, e 15 na Cidade de Maputo.

“Dos 15 contactos que estão em seguimento e em quarentena na Cidade de Maputo ontem (sábado, 11) um deles apresentou uma sintomatologia leve, febre e tosse, imediatamente a sua amostra foi colhida e enviada

para o Instituto Nacional de Saúde onde foi testada e o seu resultado foi positivo. Trata-se de um indivíduo de nacionalidade australiana, do sexo masculino com mais de 50 anos de idade. Este indivíduo já está em isolamento domiciliar”, revelou Dr. Eduardo Samo Gudo Junior que precisou que este trabalhador da petrolífera que lidera o projecto Mozambique LNG está em isolamento numa unidade hoteleira na Cidade de Maputo.

Ao @Verdade o director-geral adjunto do Instituto Nacional de Saúde esclareceu existirem mais



50 casos suspeitos do novo coronavírus na Província de Cabo Delgado e cujas amostras foram recolhidas, 47 nos acampamentos da Total na Península de Afungi e três na Cidade de Pemba, e deverão começar a ser testadas no laboratório em Marracuene nesta segunda-feira (13).

O Dr. Eduardo Samo Gudo Junior revelou também que “a amostra do indivíduo residente em Mocuba, que há 2 semanas regressou de Afungi, chegou ontem ao laboratório de virologia do Instituto Nacional de Saúde, já testamos e o seu resultado é negativo”.

→ continuação Pag. 05 - Ministro da Agricultura recebe que covid-19 condicione "próxima campanha agrícola que é de grandes investimentos" em Moçambique

É a base do desenvolvimento desde que Moçambique tem uma Constituição, embora nunca tenha materializado esse desiderato a Agricultura tem sido um dos sectores que impulsiona o Produto Interno Bruto (PIB) tendo em 2017 chegado aos 5,9 por cento. No ano passado os ciclones Idai e Kenneth afundaram a produção para apenas 1,2 por cento contudo, em Maio passado, o representante do Fundo Monetário Internacional no nosso país augurou a recuperação do PIB em 2020 "liderada muito pela agricultura".

Mas a pandemia da covid-19 forçou uma nova revisão em baixa do crescimento da Agricultura, Produção Animal, Caça e Florestas para somente 1,8 por cento. "O que conta para o crescimento desde ano é a 1ª época da campanha 2019/2020 e essa já está, não há nada que possamos fazer. O que temos

monitorar muito próximos, é ter a certeza que as condições do mercado internacional não condicionem a próxima campanha (agrícola) que para nós é de previsão de grandes investimentos do Governo. Quando digo condicionar começamos em primeiro lugar pela ruptura do ciclo produtivo, se o consumo interno de certos produtos, como é o caso do frango e outras, começar a reduzir a tendência dos produtores é reduzir a produção e entramos num ciclo vicioso. Nós estamos atentos para não haver rupturas do ciclo produtivo".

"O segundo aspecto é o aprovisionamento de sementes e insumos, Moçambique hoje consome menos de 10 mil toneladas por ano e o nosso palmo de produção para a próxima campanha é subirmos para 40 mil toneladas de sementes melhoradas e insumos agrícolas. Para fazer o apro-

	LB 2019			PROP. 2020		
	Interno	Externo	TOTAL	Interno	Externo	TOTAL
Milhões de MT						
Agricultura e Desenvolvimento Rural	13.665,0	15.465,2	29.130,2	17.738,0	7.151,7	24.889,7
% da Despesa Total						
Agricultura e Desenvolvimento Rural	6,8%	24,8%	12,0%	6,7%	17,3%	10,2%

de fazer é trabalhar para uma boa época de colheita, que já está em custos, e tentar reduzir as perdas pós-colheitas que em Moçambique ainda estão muito altas, acima dos 20 por cento, e esse exercício é feito em coordenação com o Ministério do Comércio", começou por esclarecer ao deputados da Assembleia da República o ministro Correia.

"No que diz respeito a 2ª época, essa também já foi lançada e está tudo plantado, a maior parte das culturas são hortícolas e representam cerca de 10 por cento da produção. Se conseguirmos ter uma boa colheita, reduzirmos as perdas pós-colheita e não tivermos hesitação na 2ª época acreditamos que o sector da agricultura continuará a crescer", declarou o titular da Agricultura e Desenvolvimento Rural em audição nesta segunda-feira (13) pela Comissão da Agricultura, Economia e Ambiente da Assembleia da República.

No entanto Celso Correia partilhou que "o desafio será saber se a indústria agro-alimentar continuará a operar, fazemos referência a castanha de cajú, e essa sim poderá ter impactos (negativos) caso os mercados fechem e não temos previsão de fecho".

Fundo de Estabilização para "proteger o camponês dos choques dos preços globais"

De acordo com o ministro: "O grande desafio que o Governo está a ter por causa da covid-19 neste momento, e estamos a

visionamento destes insumos estamos a trabalhar para ter a certeza que temos acesso, não há falta de produção de insumos a nível mundial, o importante é saber se há um susto dos mercados, se começarem a fazer retenção de produção, alguns países já começaram a anunciar redução de quotas de exportação, mas não há indicações ainda de ruptura de abastecimentos. Para Moçambique o mais importante é ter a certeza que esta situação não põe em causa aquilo que são as projecções de investimento na próxima campanha 2020-2021 e essa sim vai trazer transformações em termos de níveis de produção", argumentou Celso Correia que revelou "o foco principal da nova direcção do Ministério tem sido preparar essa campanha 2020-2021".

Com apenas 24,9 biliões de meticais de alocação, comparativamente aos 29,1 biliões de 2019, o "super" Ministério de Celso Correia propõe-se a produzir comida e promover agro-industrialização fomentando este ano o caju e o algodão, constituindo um Fundo de Estabilização de Preços; estabelecendo 1.618 sistemas multi-uso; assegurando mais de 50 milhões de banhos carracidas; edificando 2 mil armazéns para apoio ao processo de comercialização agrícola e redução de perdas pós colheitas; financiando mais de 400 mil Agregados Familiares em Kits de produção em insumos agrícola, abrindo um Balcão Único de Atendimento ao Investidor; e até construindo 321,5 quilómetros de vias de acesso de

PRIORIDADE II: IMPULSIONAR O CRESCIMENTO ECONÓMICO, A PRODUTIVIDADE E A GERAÇÃO DE EMPREGO										
Objectivo Estratégico: (ii) Assegurar a transformação e modernização do modo de organização da produção e comercialização										
Programa de Governo:										
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta: inserir metas trimestrais				Localização	Beneficiários (desagregados por)	Resp.
				I	II	III	IV			
96	Assistir produtores em matérias de produção agrícola	Número de famílias assistidas em matérias de produção agrícola	134.766	44.922	11.231	11.231	67.382	Todo País	Produtores	MADER
		Número de Famílias assistidas em produção pecuária	404.297	134.765	33.691	33.691	366.850	Todo País	Produtores	MADER
97	Admitir Extensionistas Agro-Pecuários	Número de Extensionistas Pecuários admitidos	540		540			Todo País	Produtores	MADER
		Número de Extensionistas Agrícolas admitidos	1.618		1.618			Todo País	Produtores	MADER
98	Adquirir Kits de Extensionistas Pecuários e pecuário	Número de Kits de Extensionistas Pecuários adquiridos	540		540			Todo País	Extensionistas	MADER
		Número de Kits de Extensionistas Agrícolas adquiridos	1.618		1.618			Todo País	Extensionistas	MADER
99	Cadastrar produtores agrícolas	Número de produtores Cadastrados	850.000		850.000			Todo País	Produtores	MADER
100	Desenvolver pacotes tecnológicos Agro-Pecuário para melhoria dos índices de produtividade agro-pecuária (Milho, Feijão, Mafesa, Gado Bovino)	Número de Pacotes Tecnológicos pecuário desenvolvido	2		2			Todo País	Produtores	MADER
		Número de Pacotes Tecnológicos agrícola desenvolvido	8		8			Todo País	Produtores	MADER
101	Financiar Agregados Familiares com Kits de produção em insumos agrícolas	Número de Agregados Familiares Financiados	404.296		202.148	202.148		Todo País	Agregados Familiares	MADER
102	Desenvolver Sistema de Informação Agro-meteorológica	Sistema de Informação Agro-meteorológica desenvolvido	1			1		Nível Central	Produtores	MADER

apoio ao processo produtivo.

O ministro Correia explicou aos deputados da 5ª Comissão que o Fundo de Estabilização de Preços será iniciado com as "várias taxas que são cobradas a nível da cadeia produtiva agrícola, principalmente na exportação de culturas de alto rendimento(...)" Esse Fundo pretende proteger o camponês dos choques dos preços globais para que ele possa ter alguma estabilidade na sua produção

de DUAT até ao licenciamento tudo será tratado deste Balcão Único de Atendimento ao Investidor. A agricultura comercial é incipiente em Moçambique, é preciso criar estímulos quebrando as barreiras todas de doing business e esse Balcão nasce com essa função para ser mais uma alavanca da agricultura familiar e comercial, queremos facilitar a vida dos investidores através desta nova experiência em coordenação com todos outros sectores".

"Sobre essa matéria iremos ter em conta a realidade actual e o histórico, mas uma coisa é certa o Governo não vai continuar a sustentar infra-estruturas não rentáveis como os regadios, temos de encontrar um equilíbrio e eficiência pois os mesmos devem estar ao serviço da produção e dos produtores (...) o potencial de Moçambique em termos de áreas irrigadas são 3 mil hectares (mas só funcionam 10 por cento) mas temos que ter a certeza que o inves-

PRIORIDADE II: IMPULSIONAR O CRESCIMENTO ECONÓMICO, A PRODUTIVIDADE E A GERAÇÃO DE EMPREGO										
Objectivo Estratégico: (ii) Assegurar a transformação e modernização do modo de organização da produção e comercialização										
Programa de Governo:										
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta: inserir metas trimestrais				Localização	Beneficiários (desagregados por)	Resp.
				I	II	III	IV			
103	Desenvolver Sistema de Monitoria e Avaliação	Sistema de Monitoria e Avaliação desenvolvido	1			1		Nível Central	Produtores	MADER
104	Constituir Fundo de Estabilização de Preços	Fundo constituído	1			1		Nível Central	Produtores	MADER
105	Estabelecer Sistemas Multi-Úso para Pecuária e agricultura	Número de Sistemas Multi-Úso para Pecuária estabelecidos	540			540		Todo País	Extensionistas	MADER
106	Estabelecer Sistemas Multi-Úso para Agricultura	Número de Sistemas Multi-Úso para Agricultura estabelecidos	1.618			1.618		Todo País	Extensionistas	MADER
107	Realizar banhos carracidas	Número de banhos realizados	30.644.584	15.193.375	10.128.917	10.128.917	15.193.375	Todo País	Criadores	MADER
108	Realizar vacinações de animais no âmbito do apoio à produção pecuária	Número de bovinos vacinados	2.150.000	33.452	2.684.657	890.107	522.798	Todo País	Criadores	MADER
		Número de galinhas vacinadas	20.035.096	6.678.355	6.678.355	6.678.355				
		Número de vacinações anti-rábicas (silvestres)	380.588	78.118	38.059	27.853	38.059			
109	Estabelecer Balcão Único de Atendimento ao Investidor	Número de balcões estabelecidos	1					Nível Central	Investidores	MADER
110	Conceber Unidades Básicas Agro-industrias	Número de Unidades Básicas Agro-industrias concebidas	113		38	38	37	Todo País	Produtores	MADER
111	Conceber Projecto executivo das unidades de ordenamento produtivo	Número de Projectos concebidos	1			1		Nível Central	Produtores	MADER
112	Conceber Projecto executivo das vias modelo regularizadas	Número de Projectos concebidos	1			1		Nível Central	População Rural	MADER
113	Bancos de Crédito	Número de Distritos abrangidos	6		6			Distritos	População Rural	MADER
114	Constituir Fundo de Resposta às Emergências	Fundo de Resposta às Emergências constituído	1			1		Nível Central	Produtores	MADER
115	Construir vias de acesso de apoio ao processo produtivo	Nº de estradas construídas	321,5			150,5	171	Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Zambézia	Produtores	MADER
116	Conceber Projecto executivo das vias de inspecção hiperfocussadas	Número de Projectos concebidos	1			1		Nível Central	Produtores	MADER
117	Estabelecer Sistema Integrado de Emissão de Certificados de Origem	Sistema Integrado de Emissão de	1			1		Nível Central	Produtores	MADER

de algumas culturas. É um caminho, iremos começar com Fundo este ano, mas temos a certeza que irá trazer grandes investimentos".

"Política de gestão de regadios, ao longo dos últimos 44 anos, não surtiu os efeitos desejados"

Relativamente ao Balcão Único de Atendimento ao Investidor o ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural clarificou que "queremos criar uma unidade de atendimento aos grandes investidores em que ele não tem de tratar documentos em mais lado nenhum, des-

Questionado sobre a falta de investimento para os regadios, essenciais para dinamização agrícola, Celso Correia admitiu que: "a nossa política de gestão de regadios, ao longo dos últimos 44 anos, não surtiu os efeitos desejados em todas as dimensões e por várias razões. Uma porque grande das infra-estruturas que nós temos nos regadios foram destruídas por eventos climáticos (Gaza e na Zambézia). O esforço que o Governo tem feito é de requalificar estas infra-estruturas, temos um outro desafio que é o nível de eficiência dos próprios regadios e de rentabilidade".

timento, que é sempre alto, consegue surtir os efeitos desejados. A maior parte do território a prática da agricultura é de sequeiro, não quer dizer que não seja eficiente, mas se conseguirmos otimizar o pouco que já temos de regadios irá contribuir naturalmente para aumentar a produção nacional", acrescentou.

Com somente 13 biliões para investimento o ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural enfatizou que a estratégia são as "cadeias de valor e vamos martelar em cinco a seis culturas que vão mudar o cenário da agricultura em Moçambique".

Governo de Nyusi vai asfaltar só 392 quilómetros de estradas, 22 mil quilómetros continuam em terra batida



Após ter sido incapaz de cumprir as suas próprias e subestimadas metas durante o 1º mandato no Plano Económico e Social (PES), que pretende aprovar esta semana na Assembleia da República (AR), o Governo de Filipe Nyusi propõe-se "construir/asfaltar 392 quilómetros de estradas nacionais e regionais". Moçambique tem uma rede de 30 mil quilómetros de vias rodoviárias das quais apenas 8 mil são asfaltadas.

Texto: Adérito Caldeira continua Pag. 08 →



ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais
pelo e-mail averdademz@gmail.com



Cabo Delgado torna-se no epicentro da covid-19 em Moçambique com 14 infectados e mais 27 casos suspeitos

A Província de Cabo Delgado tornou-se no epicentro do novo coronavírus em Moçambique com o diagnóstico de mais seis infectados que elevam para 14 os doentes em isolamento domiciliar, todos trabalhadores da petrolífera Total. Além disso o Dr. Eduardo Samo Gudo Júnior revelou que "ainda há um número de 14 amostras em Afungi que tem de ser colhidas e 13 na Cidade Pemba". Um ou outro cidadão infectado foi diagnosticado nesta terça-feira (14) na Cidade de Maputo que onde existem 12 doentes com covid-19.

Texto: Adérito Caldeira

O Instituto Nacional de Saúde (INS) bateu um novo recorde testando num único dia 79 casos suspeitos de covid-19, desse rol 72 revelaram-se negativos e sete positivos aumentando para 28 os pacientes diagnosticados em Moçambique, dois deles curados.

O director-geral adjunto do INS precisou em conferência de imprensa dos casos suspeitos testados nas últimas 24 horas "49 provem da investigação em Cabo Delgado, um do seguimento do contacto em Maputo e os restantes (30 casos suspeitos) fazem parte da vigilância de rotina de coronavírus que é implementada em Moçambique, são amostras de diversas partes do país e que cumprem os requisitos e critérios mandatórios do Organização Mundial da Saúde".

Dentre as 49 amostras recebidas nesta segunda-feira (13) em Maputo e testadas no laboratório do INS durante a manhã desta terça-feira (14) "seis revelaram-se positivas para o coronavírus", anunciou o Dr. Samo Gudo que revelou ainda que "dos 17 contac-



tos relacionados com a investigação em Cabo Delgado queremos informar que um apresentou sintomatologia ligeira, ontem a sua amostra foi colhida, foi testada hoje no laboratório do INS e revelou-se positiva para o coronavírus, totalizando nas últimas 24 horas sete amostras positivas relacionadas com investigação em Cabo Delgado".

"Todos os casos positivos identificados com a investigação em

Cabo Delgado estão em isolamento no seu domicílio e todos os contactos permanecem em auto-quarentena", anunciou o responsável do INS que referiu, em face dos novos casos positivos, "iniciamos a partir de hoje o mapeamento da terceira rede de contactos relacionados com estes sete casos e as equipas no terreno já iniciaram o mapeamento destes contactos tanto em Cabo Delgado como em Maputo".

O Dr. Eduardo Samo Gudo Júnior especificou que "os sete casos diagnosticados nas últimas 24 horas cinco são de nacionalidade moçambicana, um é ucraniano e um é italiano. São todos do sexo masculino e as suas idades variam entre 30 a 60 anos".

Entretanto o director-geral adjunto do Instituto Nacional de Saúde anunciou que mais "27 amostras estão neste momento sendo colhidas pelas equipas que estão no terreno e serão enviadas amanhã (quarta-feira, 15) e serão testadas na quinta-feira, 16". A autoridade de saúde declarou estes novos casos suspeitos na Província de Cabo Delgado, "um número de 14 amostras vão ser colhidas em Afungi e 13 na Cidade Pemba".

No entanto, e embora o epicentro desta pandemia seja a Província de Cabo Delgado, os epidemiologistas moçambicanos ainda não conseguiram estabelecer como o novo coronavírus chegou aos acampamentos da petrolífera Total na Península de Afungi.



A verdade em cada palavra.

Para estar sempre atualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no

twitter.com/verdademz



→ continuação Pag. 07 - Governo de Nyusi vai asfaltar só 392 quilómetros de estradas, 22 mil quilómetros continuam em terra batida

“Com vista a garantir a transitabilidade de pessoas e bens, prevê-se a asfaltagem de 330 quilómetros de estradas Regionais e reabilitação de 10 quilómetros de estradas Nacionais, conservar a rede de estradas classificadas através da manutenção de rotina de 16.940 quilómetros e periódica de 85 quilómetros”, propõe-se o Governo de Nyusi no PES de 2020.

O @Verdade apurou na proposta submetida à AR que dos 320 quilómetros de estradas nacionais a serem asfaltadas 65 quilómetros são na N14 entre Montepuez e Ruaça; 10 quilómetros na N13 entre Malema e Cuamba; 30 quilómetros nas N381/R1251 entre Roma e Negomano; 85 quilómetros na N13 entre Cuamba e Muita; 10 quilómetros na N104 entre Nampula e Nameitil; 60 quilómetros na N280/1 entre Tica, Búzi e Nova Sofala; 40 quilómetros na N221 entre Caniçado, Combumune e Mapai; 20 quilómetros na N381 entre Xitaxi e Mueda; e ainda 10 quilómetros na R733 entre Lichinga, Unango e Matchedje.

No que as estradas regionais diz respeito a expectativa é asfaltar 52 quilómetros dos quais 10 quilómetros na R762 entre Muepane, Metuge e Quissanga; 10 quilómetros na R698 entre Montepuez, Nairrote e Mueda; 20 quilómetros na R699 entre Naguema e Chocas Mar; e também 12 quilómetros na R482 entre Homoine e Panda.

Questionado nesta segunda-feira (13) pelos deputados da Comissão da Agricultura, Economia e Ambiente da Assembleia da República o ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos reconheceu as diminutas metas a que se propõe o Executivo tendo em conta a dimensão da rede viária ainda por ser asfaltada.

“É verdade que construir 350 quilómetros num ano em que depara com outros desafios, só para ter uma ideia nós temos dos 30 mil quilómetros de estradas da rede classificada apenas 8 mil é que estão revestidos, temos um remanescente de 22 mil quilómetros”, admitiu João Machatine que apontou a exiguidade de fundos como a causa dos pouquíssimos quilómetros

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2020										
PRIORIDADE II: IMPULSIONAR O CRESCIMENTO ECONÓMICO, A PRODUTIVIDADE E A GERAÇÃO DE EMPREGO										
Objectivo Estratégico: (i) Promover o desenvolvimento de infra-estruturas Económicas, Sociais e de Administração										
Programa do Governo:										
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta: meta trimestral				Localização	Beneficiários (desagregados por)	Resp.
				I	II	III	IV			
156	Conduzir a construção de casas no âmbito do fomento de habitação social	Número de casas construídas	418				418	Maputo (Provincia) (19%), Cabo Delgado (100%) e Cidade de Nampula (122)	418 Agregados Familiares	MCF/HRH
157	Reabilitar Estradas Nacionais	km de Estradas Nacionais asfaltadas	10		5	5		Reabilitar Estradas Nacionais (10km): N110 Quissanga - Nacodala - Namitil	Utentes	MCF/HRH
158	Prosseguir com a asfaltagem de Estradas Nacionais e Regionais	km de Estradas Nacionais asfaltadas	330	80	90	120	80	Asfaltagem de Estradas Nacionais (200km): N14 Montepuez - Ruaça (60km); N13 Malema - Cuamba (10km); N381/R1251 Roma - Negomano (30km); N13 Cuamba - Muita (60km); N104 Nampula - Nameitil (10km); N280/1 Tica - Búzi - Nova Sofala (60km); N221 Caniçado - Combumune - Mapai (40km); N381 Xitaxi - Mueda (20km); R733 Lichinga - Unango - Matchedje (10 km)	Utentes	MCF/HRH
		km de Estradas Regionais asfaltadas	52	12		20	20	Asfaltagem de Estradas Regionais (52km): R762 Muepane - Metuge - Quissanga (10 km); R698 Montepuez - Nairrote - Mueda (10 km); R 699 Naguema - Chocas Mar (20km); R482 Homoine - Panda (12km)	Utentes	MCF/HRH

tros a serem asfaltados.

Manutenção de rotina em apenas 6,950 quilómetros de estradas asfaltadas

O @Verdade descortinou que a proposta de Orçamento de Estado tem uma cabimentação de apenas 10,3 biliões de meticais para as estradas nacionais e regionais a serem asfaltadas assim como

asfaltar 5 mil quilómetros da rede viária em Moçambique.

A proposta de PES para este ano que deverá ser chancelada ainda esta semana pelo Parlamento, particularmente pelos deputados do partido Frelimo, indica que serão objecto de manutenção de rotina 6,950 quilómetros de estradas revestidas: 580 quilómetros na província de Maputo, 710 quilómetros na Província de Gaza, 490 quilómetros

960 quilómetros na Província de Tete, 790 quilómetros na Província de Cabo Delgado e ainda 500 quilómetros na Província de Niassa.

Está prevista a manutenção de rotina de 9.990 quilómetros de vias não revestidas sendo 640 quilómetros na Província de Maputo, 850 quilómetros na Província de Gaza, 800 quilómetros na Província de Inhambane, 1.400 quilómetros na Província de Sofala, 850 quilómetros

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2020										
PRIORIDADE II: IMPULSIONAR O CRESCIMENTO ECONÓMICO, A PRODUTIVIDADE E A GERAÇÃO DE EMPREGO										
Objectivo Estratégico: (i) Promover o desenvolvimento de infra-estruturas Económicas, Sociais e de Administração										
Programa do Governo:										
Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta	Meta: meta trimestral				Localização	Beneficiários (desagregados por)	Resp.
				I	II	III	IV			
159	Conservar a Rede de Estradas Classificadas através da Manutenção de Rotina, Periódica e resposta as Emergências	km de estradas com manutenção de rotina	16 940	2 000	4 500	6 000	4 440	Manutenção de Rotina Revestida (6.950km): Maputo (580km); Gaza (710km); Inhambane (490km); Sofala (570km); Manica (500km); Zambézia (1000km); Nampula (800km); Tete (900km); C. Delgado (700km); Niassa (500km)	Utentes	MCF/HRH
		km de estradas asfaltadas com manutenção Periódica	85	10	30	30	15	Manutenção Periódica (85km): Sofala N1 Inhobe - Gorongosa - Matondo - Caia (25km); Inhambane N1 Pambara - Save - Aluzi (35km); Manica N7 Vanduzi - Changara (10km); Gaza N101 Macia - Chókwe (5km); Tete N305. Ciz N7 Songo (10km)	Utentes	MCF/HRH
		Número de pontes em construção	3				3	Construção de Pontes (3): Cabo Delgado (1) Rio Montepuez (N380 Sorate - Micoana) 100%; Zambézia (1) Rio Licongo (N324 Male - Maganja da Costa) 80%; Manica (1) Rio But (N250 Chanco - Espungabera) 20%	Utentes	

para as manutenções de rotina e periódicas de 17 mil quilómetros de estradas. Antes do início da crise das dívidas ilegais o sector das Obras Públicas procurava 3 biliões de dólares norte-americanos para

para a Província de Inhambane, 570 quilómetros na Província de Sofala, 550 quilómetros na Província de Manica, 1000 quilómetros na Província da Zambézia, 800 quilómetros na Província de Nampula,

400 quilómetros na Província de Manica, 400 quilómetros na Província de Tete, 800 quilómetros na Província de Nampula, 3 mil quilómetros na Província da Zambézia, 500 quilómetros na Província de Cabo Del-

gado e também 750 quilómetros na Província de Niassa.

Disparidade dos preços das portagens na EN6 “estão a ser tratadas de forma racional”

O @Verdade apurou que o Governo de Nyusi propõe-se ainda a realizar a manutenção periódica 85 quilómetros de estradas em todo o país durante o ano de 2019. Deverão receber obras de manutenção 25 quilómetros da Estrada Nacional nº1 entre Inchope, Gorongosa, Matondo e Caia, na Província de Sofala; 35 quilómetros da Estrada Nacional nº1 entre Pambara, Save e Muari, na Província de Inhambane; 10 quilómetros da Estrada Nacional nº 7 entre Vanduzi e Changara, na Província de Manica; 5 quilómetros da estrada nacional 101 entre Macia e Chókwe, na Província de Gaza; e mais 10 quilómetros da estrada nacional 305 entre o cruzamento na estrada nacional n7 e a vila do Songo, na Província de Tete.

O ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos esclareceu aos deputados da 5ª Comissão da AR que a Estrada Nacional nº 6 ainda não está concluída e “está dentro da garantia. Alguns troços ainda não estão concluídos, sobretudo a entrada do Chimoio, temos zonas com tubagens do FIPAG que tivemos de remover, houve uma entrega provisória e a entrega definitiva só ocorrer depois de reparadas todas anomalias”.

“Sobre a disparidade dos preços das portagens (Nhamatanda e Dondo são 40 meticais, Chimoio - Machipanda são 180 meticais), o Governo criou a REVIMO que tem como objectivo fazer a gestão da EN6 e da Circular (de Maputo). A REVIMO é uma espécie de uma TRAC nossa. Nós (o Governo) investimos nas infra-estruturas e não podíamos permitir que as empresas que construíram também fizessem a operação e arrecadassem as receitas e depois daria uma taxa ao Governo(...) Desde que iniciamos a cobrança das portagens houve inquietações que estão a ser tratadas de forma racional, mas não quer dizer que vão diminuir”, explicou ainda o ministro João Machatine.

Texto: Adérito Caldeira

Quebra mundial do petróleo não deverá baixar preços dos combustíveis em Moçambique

Desde meados de Março o preço do barril de petróleo baixou mais de 60 por cento, devido a guerra entre dois dos principais produtores mundiais, no entanto os preços da gasolina e do gasóleo permanecem inalterados em Moçambique desde Agosto de 2019. “Nem todas as variações de curto prazo (do preço do barril de Brent) são captadas”, explicou o ministro Adriano Maleiane.

Enquanto a covid-19 transformava-se numa pandemia global a Rússia e a Arábia Saudita, dois grandes produtores de petróleo, entraram num guerra de preço que culminou com quedas sucessivas dos preços do Brent que havia sido cotado em torno dos 60 dólares norte-americanos por barril durante todo o 2º semestre de 2019. No início de Abril o preço chegou mesmo aos 24 dólares, numa das maiores descidas desde 1991, durante a guerra do Golfo.

Em Moçambique os preços deve-

riam ser reajustados todos os meses, em função dos preço do barril nos mercados internacionais e do par metical por dólar norte-americanos, contudo desde Agosto que não são mexidos. Nas cidades com acesso directo ao mar o litro de gasolina custa 66,49 meticais, o gasóleo 63,51 meticais, o petróleo de iluminação 48,44 meticais, o gás de cozinha 63,26 meticais enquanto o gás natural comprimido para viaturas é vendido a 30,35 meticais.

Na passada sexta-feira (10) o ministro da Economia e Finanças foi



questionado pelo deputado do Movimento Democrático de Moçambique, Fernando Bismarque, se com a baixa dos preços do barril de Brent o custo dos combustíveis iria

baixar para os moçambicanos.

“O preço do combustível vai ajudar bastante mas como sempre acontece quando o preço baixa nós estamos com problemas da taxa de câmbio o que cria alguma perturbação”, começou por argumentar Adriano Maleiane.

Em audição pela Comissão do Plano e Orçamento da Assembleia da República o titular da Economia e Finanças recordou “quando o Orçamento de Estado foi elaborado a taxa de câmbio era de 62 (me-

ticais por dólar norte-americano), agora está a 67, essa diferença de 5 meticais pelos hectolitros que são importados o impacto pode ultrapassar o efeito baixa do preço (do barril de Brent)”.

“Nós compramos por contrato à prazo, nem todas as variações de curto prazo (do preço do barril de Brent) são captadas, por exemplo o que estamos a consumir foi comprado há 2 meses, então eu não posso dizer aqui, olhando para estas duas variáveis e dizer que vai baixar”, concluiu o ministro Maleiane.

Sobram apenas 22 biliões das Mais-Valias arrecadadas em 2019

O ministro da Economia e Finanças revelou que dos 54 biliões de meticais pagos como imposto de Mais-Valia em 2019 pela petrolífera Total, aquando da sua entrada no consórcio de exploração de gás natural na Área 1 da Bacia do Rovuma, vão sobrar apenas 22 biliões de meticais. Adriano Maleiane clarificou ainda que "quando falamos de Mais-Valia é bom dissociarmos do Fundo Soberano".

Texto: Adérito Caldeira



O ministro Maleiane explicou aos deputados da Comissão do Plano e Orçamento como está a gastar as Mais-Valias de 54,1 biliões de meticais obtidas pelo erário pela venda da participação de 26,5 por cento da Anadarko no Consórcio que está a explorar o gás natural existente nos campos Golfinho/Atum na Área 1 da Bacia do Rovuma.

Adriano Maleiane detalhou que desse montante ainda no ano passado 17,5 biliões de meticais foram usados para fazer face à resposta de emergência decorrente do impacto dos ciclones Idai e Kenneth no Centro e Norte de Moçambique. No orçamento de Estado de 2020 o Governo de Filipe Nyusi vai usar mais 14,3 biliões de meticais para "cobertura do défice" que está inicialmente estimado em 109,8 biliões de meticais.

Mas o titular da Economia e Finanças aproveitou a audição parlamentar, na passada sexta-feira (10), para clarificar uma assunção errónea dos moçambicanos. "As vezes temos falado muito de Mais-Valia a pensar no Fundo Soberano, são coisas diferentes. A Mais-Valia é um imposto sobre ganhos de capitais (...) quando falamos de Mais-Valia é bom dissociarmos do Fundo Soberano".

"O Governo, por uma questão de prudência, achou que as Mais-Valias que surgiram da área do petróleo era importante pôr na Lei Orçamental de cada ano, é usado para investimento, emergência e pagamento da dívida. Mas no ano seguinte já não falamos de Mais-Valias, estamos a falar de saldo de tesouraria que pode ser usado, porque é um imposto normal", deixou claro o Maleiane que informou que o Fundo Soberano continuado adiado pois o Executivo está ainda a procura do modelo mais consensual.

Orçamento de Nyusi reforça dinheiro para Defesa e Segurança e ainda pagamento da dívida ilegal da EMATUM



Num orçamento onde não estão previstos os 3,4 biliões de meticais que a Saúde precisa para o combate ao novo coronavírus o Governo de Filipe Nyusi aumentou a despesa com as Forças de Defesa e Segurança e reforçou a verba para o pagamento da Dívida Pública, onde constam 2 biliões adicionais para amortizar o empréstimo ilegal da EMATUM.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: GPM

continua Pag. 10 →

18º trabalhador da Total infectado pelo covid-19 em Moçambique

Mais um doente de covid-19 foi identificado na Cidade de Maputo, é 18º trabalhador da petrolífera Total infectado em Moçambique que eleva para 29 os casos positivos desde que a pandemia foi detectada no nosso país. Existem mais 27 indivíduos suspeitos de terem sido infectados pelo novo coronavírus na Província de Cabo Delgado.

Texto: Adérito Caldeira

O 29º doente de covid-19 no nosso país é moçambicano, do sexo masculino com mais de 30 anos de idade e está em isolamento domiciliário na Cidade de Maputo.

"Este indivíduo foi identificado no âmbito do mapeamento da 3ª rede de contactos, apresentou sintomas, a sua amostra foi colhida, foi testada hoje no Instituto Nacional de Saúde e o seu resultado foi positivo", esclareceu o Dr. Eduardo Samo Gudo Júnior.

Esta 3ª rede de 55 contactos é relativa aos seis trabalhadores da petrolífera francesa que lidera o projecto Moçambique LNG, de exploração de gás natural na Área 1 da Bacia do Rovuma, e que foram diagnosticados na última terça-feira (14) e estão em isolamento domiciliário num dos três acampamentos da Total na Península de Afungi.

O teste positivo desta quarta-feira (15) foi um dos 31 realizados pelo Instituto Nacional de Saúde (INS) que, desde que a pandemia eclodiu no nosso país já testou 793 casos suspeitos.

Nesta quinta-feira (16) o INS deverá testar pelo menos 27 amostras co-



lhidas em 14 casos suspeitos de covid-19 identificados nas instalações da Total em Afungi e outros 13 casos na Cidade de Pemba.

Entretanto o director-geral adjunto do Instituto Nacional de Saúde esclareceu ao @Verdade que o 28º paciente, de nacionalidade ucraniana, está em isolamento nas instalações da petrolífera Total em Afungi enquanto o 29º doente, de nacionalidade italiana, está num apartamento

privado na Cidade de Maputo.

Contudo as autoridades de saúde não quiseram responder se os muitos militares estrangeiros, provenientes de países infectados pelo novo coronavírus, e que tem chegado a Província de Cabo Delgado para apoiar o Governo no conflito militar contra os Al-Shabaab têm cumprido a quarentena obrigatória e se estão a ser testados ao novo covid-19.



Diga-nos quem é o XICONHOGA da semana



Escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com



A verdade em cada palavra.

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no

twitter.com/verdademz



ANUNCIE AQUI todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

→ continuação Pag. 09 - Orçamento de Nyusi reforça dinheiro para Defesa e Segurança e ainda pagamento da dívida ilegal da EMATUM

O primeiro-ministro, Carlos Agostinho do Rosário, reite-rou nesta quarta-feira (15) que as propostas de Plano Económico e Social (PES) e de Orçamento de Estado (OE) para 2020 não incluem o dinheiro necessário para os moçambicanos enfrentarem os desafios impostos pela pandemia do novo coronavírus que para além da perda de vidas e está a causar a mais grave depressão económica que o mundo regista desde 1929.

“O Governo não cruza os braços, sob a liderança de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, tem estado a mobilizar recursos junto de parceiros de cooperação para o financiamento das seguintes acções prioritárias: Prevenção e tratamento da pandemia, que pode incluir material e equipamento médico; apoio a mais famílias e micro-negócios no âmbito do reforço da protecção social; e cobertura do défice orçamental decorrente da queda da receita, associada ao abrandamento da actividade económica no nosso país”.

A primeira acção prioritária foi quantificada em 50 milhões de dólares norte-americanos (cerca de 3,4 biliões de meticais) pelo Ministério da Saúde enquanto o abrandamento da actividade económica está inicialmente cifrada em 30 biliões de meticais.

Analisando o PES e OE que os deputados do partido Frelimo deverão aprovar o @Verdade apurou que embora não tenha 3,4 biliões de meticais para a saúde combater o novo coronavírus o Governo de Nyusi aumentou o dinheiro para as Forças de Defesa e Segurança.



As Forças Armadas de Defesa de Moçambique tem uma cabimentação de 8,2 biliões de meticais, mais de 1 bilião comparativamente a 2019, devido a aumentos na rubrica de salários dos militares.

O @Verdade descortinou que aumento mais significativo foi alocado ao Ministério do Interior que vai receber 15,6 biliões de meticais, mais 2,4 biliões comparativamente ao ano passado, derivado do aumento das rubricas de salários e para a compra de bens e serviços não especificados.

Dívida Pública Externa aumenta para pagar dívida da EMATUM

Só estas duas rubricas tem aumentos monetários que chegam para cobrir o

Orçamento do Estado para o Ano de 2020
Despesas Para Funcionamento Segundo a Classificação Orgânica e de Grupo de Despesa
Nível Central

MAPA I
Unidades: 10³ MT

Código	Descrição	Despesas em 2019	Bem e Serviços	Encargos da Dívida	Transferências Correntes	Subsídios	Outras Despesas Correntes	Exercícios Finais	Bem de Capital	Transferências de Capital	Outras Despesas de Capital	Operações Financeiras	Total
22400000	SECRETARIA GERAL DO ESTADO DE DEFESA E SEGURANÇA GERAL	141.911,11	36.963,08	0,00	10.247,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	158.448,29
22400001	HOSPITAL MILITAR DE MAPUTO	33.346,51	33.346,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73.226,79
22400002	SERVICHO GERAL DE MOÇAMBIQUE	80.798,00	43.616,54	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124.474,82
22400003	MINISTERIO DA INTERIOR	15.611.626,76	4.024.844,01	0,00	16.471,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.652.942,48
22400004	SECRETARIA NACIONAL DE INVESTIGACAO	19.014,21	117.949,06	0,00	3.845,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.808,38
22400005	COMANDO GERAL DA POLICIA	19.858,53	494.912,01	0,00	12.941,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	723.711,80
22400006	SERVICHO NACIONAL DE BOMBEIROS	1.131,00	10.721,07	0,00	241,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.103,19
22400007	FORÇA DE INFORMACAO POPULAR	3.612,25	10.985,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.897,25
22400008	ACADEMIA DE COMANDO POLICIA	183.847,21	17.349,00	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	201.446,21
22400009	SERVICHO SOCIAL DA POLICIA DA REPUBLICA DE MOÇAMBIQUE	19.812,30	28.448,16	0,00	11.216,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.476,46
22400010	SERVICHO NACIONAL DE IDENTIFICACAO CIVIL	1.346,80	17.811,70	0,00	16,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.174,50
22400011	SERVICHO NACIONAL DE INVESTIGACAO CRIMINAL	18.916,00	30.990,00	0,00	6.990,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.896,00
22400012	SERVICHO DE INFORMACAO E SEGURANCA DO ESTADO	2.960.841,41	181.121,17	0,00	4.994,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.146.957,09
22400013	ACADEMIA DE ALTOS ESTUDIOS ESTRATEGICOS	30.809,00	41.206,07	0,00	140,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.155,07
22400014	MINISTERIO DOS RECURSOS ESTRATEGICOS E COORDENACAO	124.973,11	88.141,00	0,00	17.271,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.385,51
22400015	EMBAIXADAS E OUTRAS REPRESENTACAO DIPLOMATICAS	0,00	808.308,10	0,00	1.236.850,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.045.158,50
22400016	INSTITUTO NACIONAL DE ATOS DE REFUGIADOS	4.844,30	3.738,40	0,00	139,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.722,00
22400017	INSTITUTO NACIONAL PARA AS COMUNIDADES MOÇAMBIQUANAS NO EXTERNO	4.707,25	4.248,81	0,00	589,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.545,28
22400018	INSTITUTO NACIONAL DE BOM E PROPRIEDADE	11.074,34	5.889,00	0,00	112,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.075,78
22400019	COMANDO NACIONAL DA SAUDE	3.271,40	3.912,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.383,40
22400020	COMANDO INTERNACIONAL PARA OS GRANDES EVENTOS	0,00	4.244,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.244,00
22400021	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANCA	4.888,40	3.281,40	0,00	194,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.363,97
22400022	MINISTERIO DA JUSTICA E ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS E ELEITORAIS	41.712,90	10.748,71	0,00	2.025,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.486,85
22400023	CADENA CIVIL DE MAPUTO	47.622,97	4.325,67	0,00	11,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.959,82
22400024	CENTRO DE REABILITACAO FEMININA DE NAMPULA	50.271,71	4.911,40	0,00	399,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.582,61
22400025	SERVICHO NACIONAL DAS MULHERES	124.816,40	112.281,67	0,00	234,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	237.332,87
22400026	CADENA DE MULHERES DE MAPUTO	13.018,29	1.911,00	0,00	70,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,29
22400027	CENTRO DE FORMACAO JURIDICA E SOCIOCOMUNICACAO	18.966,11	11.111,00	0,00	80,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.957,11
22400028	INSTITUTO DE PROTECCAO E ASSISTENCIA JURIDICA	18.249,01	2.878,71	0,00	470,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.597,72
22400029	ESCALA SECURITARIA DA CADENA CENTRAL DE MAPUTO	1.417,61	188,00	0,00	130,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.735,61
22400030	CADENA CENTRAL DE MAPUTO	84.710,61	11.774,00	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96.784,61
22400031	COMANDO NACIONAL DOS SERVICOS HUMANOS	19.758,11	3.315,00	0,00	14,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.087,12
22400032	MINISTERIO DA ADMINISTRACAO LOCAL E PUBLICA	36.747,00	18.171,11	0,00	1.130,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.948,11
22400033	COMANDO NACIONAL DE ELEICAO	4.014,31	2.121,24	0,00	391,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.526,66

Página 2 de 7

Quadro 10. Previsão dos Encargos da Dívida

	2018 CGE	2019 LEI	2020 PROP.
Em Milhões de MT			
Encargos da Dívida	25.580,6	35.000,0	37.323,0
Juros Internos	16,936,4	24,000,0	24,191,2
Juros Externos	8,644,2	11,000,0	13,131,8
Em % do PIB			
Encargos da Dívida	2,9%	3,4%	3,7%
Juros Internos	1,9%	2,4%	2,4%
Juros Externo	1,0%	1,1%	1,3%

juros externos que vão custar 13,1 biliões de meticais, mais de 2 biliões do que no ano passado em que custaram 11 biliões.

O @Verdade sabe que estes 2 biliões que aumentaram no serviço da Dívida Pública Externa são relativos a prestação que o Governo de Filipe Nyusi assentiu pagar aos credores da Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM) no próximo dia 15 de Setembro, apesar do Conselho Constitucional ter enfatizado a inconstitucionalidade desse empréstimo contraído em 2013 violando a Constituição e Lei Orçamental.

montante que a Saúde precisa para combater o covid-19, no entanto o @Verdade apurou que também aumentou a dotação para o serviço da Dívida Pública que em 2020 ascendem a 37,3 biliões de

meticais. Desse montante 24,2 são relativos a juros do serviço da Dívida Pública Interna, valor quase idêntico ao gasto em 2019. Maior é o aumento dos

Governo desenrasca pontes metálicas para repor a transitabilidade em Moçambique

Depois da megalómana ponte Maputo – Katembe o Governo de Filipe Nyusi parece ter abandonado a construção de pontes convencionais e vai desenrascar a transitabilidade em Moçambique. “Nós estamos a adquirir este ano pontes metálicas, num total de 66”, revelou o ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, João Machatine.

Texto: Adérito Caldeira

Questionado pelos deputados da Comissão da Agricultura, Economia e Ambiente da Assembleia da República sobre o plano de construir apenas novas três pontes durante todo ano de 2020 o ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, João Machatine revelou: “Nós estamos a adquirir este ano pontes metálicas, num total de 66 (com vão de 30, 40 e 60 metros), que iremos priorizar os locais onde a transitabilidade é determinante”.

Relativamente as pontes cuja construção foi interrompida e não tem data para ficarem concluídas João Machatine começou por explicar que “a ponte sobre o rio Save, construída há bastante tempo e com o andar do tempo os cabos que sustentam foram-se corroendo e a ponte foi perdendo a sua capacidade estrutural. O Governo em 2018 decidiu que era necessário construir-se uma ponte nova, para garantir a transitabilidade houve necessidade de diminuição da carga de 56 toneladas para cerca de 30 na ponte antiga. Isto iria permitir a transitabilidade e em simultâneo a construção da nova ponte. Ten-

do começado em 2018 a previsão era que terminasse 36 meses depois, ainda estamos dentro daquilo que é o período”.

“Nos finais do 3º trimestre do ano passado houve algum abrandamento devido a situações de ordem financeira, com os poucos recursos que tínhamos fizemos intervenção de emergência na Estrada Nacional nº1, entre Pambara e o rio Save e continuamos até Inchope e Caia. Isto teve um impacto no ritmo normal da construção da nova ponte e reabilitação da ponte antiga (sobre o rio Save). Acabamos por construir uma ponte metálica, entregue em Fevereiro para garantir, ainda que de uma forma condicionada, a travessia do rio (Save) e subimos de 35 para 45 toneladas a capacidade de carga a transitar”, argumentou.

Machatine disse ainda que “a ponte em reabilitação consiste na substituição de cabos que já foram importados, estão em Moçambique, e a qualquer momento iremos assistir a reposição para restituir a funcionalidade da ponte. No que diz respeito a ponte nova, tem um nível de execução de 26



por cento, podemos não ver, estamos a falar de uma ponte de quase 1 quilómetro e com capacidade de carga superior, as fundações já foram feitas, já foi feita a cabeça do maciço e alguns locais nós já vemos os pilares a emergir”.

“No que diz respeito a ponte sobre o rio Licugo, as pontes que tínhamos foram arrastadas pela cheias de 2015, desde lá para cá

a ligação de Namacurra, Maganja, Mocubela e Pebane tornou-se num martírio obrigado uma volta grande por Mocuba e a mercadoria chega com problemas de preço e qualidade. Concebemos uma solução análoga a que foi feita no rio Save que é a construção de um plataforma metálica, claro que estamos a falar de um vão de quase 1,5 quilómetros dos 800 metros anteriores”, clarifi-

cou o governante.

O ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos detalhou que “é uma solução híbrida, nas secções de maior escoamento lançaremos peças metálicas, nas secções de menor escoamento vamos fazer os aterros de escoamento das águas até ligar as duas margens. Lançamos a primeira pedra no ano passado, iniciamos a terraplanagem das margens mas depois veio a época chuvosa e o rio subiu e vimos que estamos a fazer um trabalho que só iria beneficiar ao empreiteiro e prejudicar ao Governo pois iria cobrar por trabalho danificado pela subida das águas, e houve necessidade de interrupção. A subida do nível das águas alterou o traçado inicial porque o leito foi-se alargando e agora tivemos de ajustar o traçado e vai retomar em Maio”.

“Olhando para a duração de 12 meses a nossa estratégia é de Maio até Outubro atacarmos as componentes que poderão ficar comprometidas durante a época chuvosa e nessa altura será só fazer o assentamento dos tabuleiros”, prometeu João Machatine.

Com milhares de contratos ilegais Presidente Nyusi quer Vistos mais rápidos do Tribunal Administrativo

Acumulando milhares de actos e contratos executados sem o Visto Obrigatório do Tribunal Administrativo desde 2015 o Presidente Filipe Nyusi demandou de Lúcia Buinga Maximiano do Amaral, a nova presidente do Tribunal Administrativo (TA), mais "celeridade processual, particularmente nos processos relativos ao pessoal e nos processos não relativos ao pessoal".

Texto: Adérito Caldeira

"Tomamos esta ocasião para mais uma vez alertar para imperiosa necessidade de imprimir a devida celeridade processual, particularmente nos processos relativos ao pessoal e nos processos não relativos ao pessoal, referimo-nos as nomeações, progressões e mudanças de carreiras bem como os contratos estruturantes da actividade do Estado como são os de empreitada, de obras Públicas, de concessão de serviços Públicos, de fornecimento contínuo de bens e serviços pela Administração para fins de imediata utilidade Pública, bem assim os contratos de créditos internacionais cuja implementação só pode ocorrer depois da concessão do Visto. Nós queremos que o Tribunal Administrativo contribua para o nosso melhoramento no indicador de doing business", afirmou o Chefe de Estado após empossar a nova presidente do TA, nesta segunda-feira (13).

Lúcia do Amaral substituiu Machatine Munguambe, que avaliou negativamente todas as Contas do 1º mandato de Filipe Nyusi, durante os 2 mandatos em que liderou o Tribunal Administrativo.

O @Verdade descortinou que



nesse período o Governo de Filipe Nyusi executou milhares de actos e contratos sem o Visto Obrigatório do Tribunal Administrativo. Só em 2016 foram "384 os actos e contratos que foram executados sem o Visto Obrigatório do Tribunal Administrativo competente e 48, sem a remissão ao mesmo, para efeitos de anotação".

Em 2018 o TA reportou "um total de 1.029 actos e contratos analisados neste âmbito, um título de nomeação provisória e 1 contrato, ambos do Instituto Nacional

da Marinha, 306 contratos da Direcção Provincial da Saúde de Inhambane, 4 da Direcção Provincial das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos de Gaza, 1 da Direcção Provincial da Saúde de Gaza e 1 da Direcção Provincial das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos da Zambézia, foram executados sem o visto obrigatório do Tribunal Administrativo".

Foi ainda empossado, para um 2º mandato como Vice-Presidente do Tribunal Supremo, João António da Assunção Baptista Beirão.

→ continuação Pag. 05 - Covid-19: Fundo Monetário Internacional alivia dívida de Moçambique



O @Verdade apurou esta decisão perdoa o serviço da dívida que o nosso país tem a pagar ao FMI entre 14 de Abril e 13 de Outubro, correspondentes a 10,9 milhões de SRDs (direitos especiais de saque), moeda da instituição equivalente a aproximadamente 15 milhões de dólares. Só em 2020 o serviço da dívida de Moçambique ao Fundo Monetário ascende a 20.466.090 SRDs.

Após o Ciclone Idai, em Abril do ano passado, o FMI emprestou ao nosso país 85,2 milhões SDRs (equivalentes a 118,2 milhões de dólares norte-americanos), com taxa de juros zero, período de carência de 5,5 anos e maturidade final de 10 anos.

O @Verdade revelou que o Fundo Monetário Internacional deverá injectar no Orçamento de Estado de 2020 outro empréstimo estimado em 165 milhões de dólares norte-americanos para apoiar o Governo nas acções de resposta ao novo coronavírus.

Recorde-se que o @Verdade também revelou que Moçambique está a enfrentar a pandemia da covid-19 sem Orçamento de Estado, que ainda aguarda aprovação pela Assembleia da República, e que não incluiu os 50 milhões de dólares norte-americanos que o Ministério da Saúde quantificou para suprir as suas necessidades imediatas.

Barão da droga brasileiro preso em hotel de luxo na Cidade de Maputo

O Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) deteve no início da tarde desta segunda-feira (13) um importante barão da droga brasileiro num luxuoso hotel da Cidade de Maputo. Foragido há mais de 20 anos Gilberto Aparecido dos Santos foi detido em resultado de cooperação das autoridades policiais moçambicanas e forças congéneres do Brasil e dos Estados Unidos da América.

Texto: Redacção



Apontado pelas autoridades policiais como o responsável pelo envio de toneladas da droga para diversos países do mundo Gilberto Aparecido dos Santos, de 49 anos, conhecido como Fuminho, foi detido cerca das 14 horas no Montebelo Indy Maputo Congress Hotel, no bairro de Sommerschild, onde estava hospedado desde Março.

Um dos líderes do grupo criminoso brasileiro Primeiro Comando da Capital o traficante constava da lista de procurados pela polícia do Brasil, desde 1999 e foi preso, segundo fonte policial, sem oferecer resistência quando regressava de uma clínica privada, onde fez um curativo na sua perna, para o apartamento onde estava hospedado na companhia de um cidadão nigeriano e um outro brasileiro ainda não identificado.

Segundo a imprensa brasileira a carreira criminosa do barão da droga brasileiro ganhou relevância em 1999 quando escapou da cadeia do Carandiru, em São Paulo e refugiou-se no Paraguai e na Bolívia. No início deste ano chegou a Moçambique vindo da Bolívia.

ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

Nem FMI sabe como o “Grande Lockdown” vai afectar Moçambique

O FMI indicou que a economia mundial vai contrair 3 por cento este ano devido ao impacto da covid-19. “À medida que os países impõem as quarentenas e práticas de distanciamento social necessárias para conter a pandemia, o mundo entrou num Grande Lockdown. A magnitude e a velocidade do colapso da actividade económica que se seguiu são diferentes de tudo o que já vimos”, indica o World Economic Outlook que não mantém as optimistas, porém irrealistas, previsões do Governo de Filipe Nyusi. Contudo as economias dos principais parceiros comerciais vão contrair a China ficará em 1,2 por cento, a Índia em 1,9 por cento e a África do Sul terá uma recessão de 5,8 por cento.

“O mundo mudou radicalmente nos três meses desde nossa última atualização do relatório World Economic Outlook, em janeiro. Um desastre raro – uma pandemia de coronavírus – está provocando a perda trágica de um número cada vez maior de vidas. À medida que os países impõem as quarentenas e práticas de distanciamento social necessárias para conter a pandemia, o mundo entrou em um Grande Lockdown. A magnitude e a velocidade do colapso da atividade econômica que se seguiu são diferentes de tudo o que já vimos”, comenta a Conselheira Económica e Diretora do Departamento de Estudos do FMI, Gita Gopinath.

O documento do Fundo Monetário Internacional (FMI) não actualiza as optimistas projecções de 2,2 por cento de Produto Interno Bruto do Governo de Filipe Nyusi feitas sem incluir o impacto real da pandemia no nosso país e



principalmente no mundo.

Para Gita Gopinath, “Partindo do pressuposto de que a pandemia e as medidas de contenção necessárias cheguem ao pico no segundo trimestre na maioria dos países do mundo, e que arrefeçam no segundo semestre deste ano, na edição de Abril do World Economic Outlook projectamos que o crescimento mundial em 2020 caia para -3 por cento. É uma redução de 6,3 pontos percentuais do nosso prognóstico de Janeiro de 2020, uma correção bastante significativa em um período muito curto. Com isso, o Grande Lockdown caracteriza a mais grave

recessão desde a Grande Depressão, muito pior do que a crise financeira mundial de 2009”.

A boa notícia é que dois dos principais parceiros comerciais de Moçambique irão manter um crescimento positivo, embora com reduções acentuadas, a China crescerá 1,2 por cento e a Índia 1,9 por cento.

Contudo o FMI projecta que o principal parceiro comercial do nosso país, a África do Sul, vai ter uma recessão de 5,8 por cento. A África subsaariana terá uma recessão de 1,6 por cento.

O relatório World Economic Outlook prevê o colapso económico generalizado com o produto interno bruto em recessão nos Estados Unidos da América -5,9 por cento, em toda zona Euro -7,5 por cento, no Reino Unido -6,5 por cento, na Rússia -5,5 por cento e até o Japão deverá contrair para -5,2 por cento.

Texto: Redacção

Governo emitiu Garantia Soberana de 136,1 biliões de meticais à favor da ENH

O ministro da Economia e Finanças revelou que a Garantia Soberana no valor de 136,1 biliões de meticais foi emitida no início deste ano à favor da Empresa Nacional de Hidrocarbonos (ENH) para financiar os investimentos correspondentes a sua quota de 15 por cento no consórcio Mozambique LNG de exploração de gás natural no campo Golfinho/Atum na Área 1 da Bacia do Rovuma. Com mais este endividamento o passivo da ENH ascende a 3,7 biliões de dólares norte-americanos.

Texto: Adérito Caldeira

Questionado pelo @Verdade, à saída de uma audição parlamentar, na passada sexta-feira (10), o ministro Adriano Maleiane que o valor de 136,1 biliões de meticais (cerca de 2,2 biliões de dólares norte-americanos) inscritos no Orçamento de Estado de 2019 para emissão de uma Garantia Soberana à favor da ENH “foi usado”.



Maleiane explicou que o processo arrastou-se até ao início de 2020 devido aos detalhes do financiamento bancário. “Todo o processo que estivemos a fazer foi negociações mas até Março tínhamos que terminar, e terminamos o conteúdo e sobretudo as condições para possível execução da Garantia (Soberana), essa negociação já terminou e prontos”.

O ministro da Economia e Finanças não indicou a que instituição financeira, ou bancos, foi emitida a Garantia Soberana.

Questionada pelo @Verdade a

Empresa Nacional de Hidrocarbonos não esclareceu, até ao fecho desta edição, com que bancos fechou este financiamento que se arrastou durante mais de 1 ano principalmente devidos as condições exigidas pelas instituições financeiras abordadas devido ao rating de Moçambique que continuar a ser “especulativo, baixo interesse e lixo”.

Com mais este endividamento o passivo da ENH com bancos e os seus sócios, nos consórcios que estão a explorar o gás natural existentes nos campos de Coral Sul e Golfinho/Atum, ascende a 3,7 biliões de dólares norte-americanos.

Cornelder desenvolve projecto de produção local de máscaras e viseiras

A Cornelder de Moçambique, SA, concessionária dos terminais de contentores e de carga geral do Porto da Beira, no quadro da sua responsabilidade social empresarial, está a desenvolver desde a semana finda, um projecto de produção local de máscaras e viseiras denominado “Juntos Contra a COVID-19”, que envolve associações sem fins lucrativos vocacionadas em actividades de corte e costura, seguindo as últimas recomendações emitidas pela Organização Mundial da Saúde – OMS e os decretos produzidos pelo Governo no âmbito do Estado de Emergência.

Texto & Foto: www.fimde semana.co.mz

Numa primeira fase, a CdM adquiriu 60 máquinas de costura, entregues a título definitivo a seis associações, nomeadamente, Young Africa, Renascer do Sol, Restaurando Sonhos e as Paróquias São José da Munhava, Macuti e Matacuane, que receberam também matéria-prima para a produção de 2.000 máscaras e viseiras de protecção por dia que, por sua vez, serão distribuídas gratuitamente em sectores onde há um grande potencial de propagação, como mercados formais e informais, transportes colectivos e semi-colectivos, transportadores de carga, profissionais de comunicação social e outros agentes públicos que trabalham, directamente, com a população.

Jan de Vries, administrador delegado da Cornelder, assegura que de forma preventiva este projecto pretende estar à frente de uma não desejável, mas eventual eclosão massiva de ca-



sos da doença no país e as soluções locais são recomendadas, quando se sabe das carências deste tipo de equipamentos de protecção em todo o mundo.

“Sabemos que até então não houve registo de nenhum caso de infecção pelo novo coronavírus na Cidade da Beira, mas a experiência dos outros países nos ensina que, provavelmente, trata-se de uma questão de tempo, então temos que nos antecipar e cortar esta cadeia de propagação, antes mesmo

de começar. Neste projecto, deverão inicialmente ser contempladas as pessoas que, pela natureza do seu trabalho, estão em contacto frequente com várias pessoas”, concluiu.

A Cornelder de Moçambique, ainda no âmbito do combate à pandemia, canalizou recentemente apoio diverso ao Hospital Central da Beira, concretamente o fornecimento de tanques e baldes para lavagem das mãos e diverso equipamento de protecção.

Latest World Economic Outlook Growth Projections

The COVID-19 pandemic will severely impact growth across all regions.

(real GDP, annual percent change)	PROJECTIONS		
	2019	2020	2021
World Output	2.9	-3.0	5.8
Advanced Economies	1.7	-6.1	4.5
United States	2.3	-5.9	4.7
Euro Area	1.2	-7.5	4.7
Germany	0.6	-7.0	5.2
France	1.3	-7.2	4.5
Italy	0.3	-9.1	4.8
Spain	2.0	-8.0	4.3
Japan	0.7	-5.2	3.0
United Kingdom	1.4	-6.5	4.0
Canada	1.6	-6.2	4.2
Other Advanced Economies	1.7	-4.6	4.5
Emerging Markets and Developing Economies	3.7	-1.0	6.6
Emerging and Developing Asia	5.5	1.0	8.5
China	6.1	1.2	9.2
India	4.2	1.9	7.4
ASEAN-5	4.8	-0.6	7.8
Emerging and Developing Europe	2.1	-5.2	4.2
Russia	1.3	-5.5	3.5
Latin America and the Caribbean	0.1	-5.2	3.4
Brazil	1.1	-5.3	2.9
Mexico	-0.1	-6.6	3.0
Middle East and Central Asia	1.2	-2.8	4.0
Saudi Arabia	0.3	-2.3	2.9
Sub-Saharan Africa	3.1	-1.6	4.1
Nigeria	2.2	-3.4	2.4
South Africa	0.2	-5.8	4.0
Low-Income Developing Countries	5.1	0.4	5.6

Source: IMF, World Economic Outlook, April 2020

INTERNATIONAL MONETARY FUND

IMF.org

Divulgação

Suspensas negociações para revisão dos salários em Moçambique

Devido à pandemia covid-19, que está a afectar negativamente o tecido empresarial nacional, a Comissão Consultiva do Trabalho - CCT composta pelo Governo representado pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social e parceiros sociais, CTA, OTM-CS e CONSILMO, suspendeu as negociações sobre o salário mínimo, relativo ao presente ano.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

A decisão da sua suspensão foi comunicada pela ministra do pelouro, Margarida Talapa, numa conferência de imprensa, ocorrida esta quinta-feira, 16 de Abril, em Maputo, durante a qual explicou que a medida visa garantir a manutenção dos postos de trabalho.

“Não se trata de uma decisão da ministra, pois ela foi tomada por consenso por todos os intervenientes na matéria, nomeadamente o ministério, o sector privado e os sindicatos”, frisou a governante, ajuntando que a pandemia do coronavírus e as restrições impostas pelo Estado de Emergência em vigor estão a afectar directa ou indirectamente o sector económico e, neste caso em particular, os sectores produtivo e laboral.

Até ao momento, conforme enfatizou a ministra, o organismo que dirige recebeu informes de cerca de 300 empresas de vários pontos do país, que empregam cerca de 11 mil trabalhadores, a



comunicar o registo de situações de suspensão de contratos de trabalho, redução de trabalhadores, opção por férias colectivas, encerramento definitivo das actividades, rotatividade dos trabalhadores e outras, cujos trabalhadores funcionam de forma remota.

“Cerca de 90% deste universo empresarial optou pela suspensão dos contratos de trabalho, assegurando o pagamento parcelado dos salá-

rios conforme o quadro legal em vigor. Os ramos de actividade que se apresentam gravemente afectados pela catástrofe são: a hotelaria, restauração, comércio, agricultura e construção civil”, referiu Margarida Talapa.

O presidente da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), Agostinho Vuma, disse, na ocasião, que as projecções realizadas pela CTA indicam

que a covid-19 vai causar ao sector privado perdas em mais de 370 milhões de dólares norte-americanos.

“É com base nisto que a posição que assumimos como parceiros sociais teve em conta premissas importantes como a manutenção dos postos de trabalho, apesar de situações adversas, e assegurar o pagamento do salário, direito social que se deve manter, mesmo reconhecen-

do o impacto negativo da pandemia na produção e produtividade das empresas”, sublinhou Agostinho Vuma.

Para Jeremias Timane, secretário geral da Confederação Nacional dos Sindicatos Independentes e Livres de Moçambique (CONSILMO), a prioridade do momento é salvar vidas humanas: “Uma vez feito isto, se a covid-19 passar, estaremos em condições de elaborar um plano nacional de recuperação económica, para depois analisarmos questões laborais, que incluem o reinício das negociações sobre o salário mínimo”, destacou.

Outro sindicalista, secretário geral da OTM-Central Sindical, Alexandre Munguambe, considerou tratar-se de uma situação anormal pelo que procura-se encontrar também soluções anormais: “Não faz sentido discutirmos o salário mínimo pois não há condições, neste momento, para que todas as empresas paguem um salário mínimo ajustado”.

Criado Portal do Comércio Externo

Operadores do comércio externo e o público em geral passam, a partir desta quarta-feira, 15 de Abril, a dispor de toda a informação inerente ao processo de importação, exportação e trânsito de mercadorias, com o lançamento do Portal do Comércio Externo, numa cerimónia dirigida pelo ministro da Indústria e Comércio, Carlos Mesquita.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Trata-se de um instrumento de fácil acesso, que reúne informação de várias instituições públicas intervenientes no comércio externo, e provedores de serviços privados que desempenham um papel importante nesta matéria.

Essencialmente, o portal irá permitir que os operadores do comércio externo obtenham, de forma abrangente e em tempo útil, informação básica para a realização das operações de importação e exportação.

Assim, o Portal do Comércio Externo contém, dentre várias informações, procedimentos para a importação, exportação e trânsito de mercadorias, incluindo formulários exigidos; alíquotas aplicadas de direitos aduaneiros incidentes sobre importações; procedimentos de recurso ou revisão; acordos ou partes de acordos de acesso aos mercados preferenciais com qualquer País.

Na sua intervenção, o ministro da Indústria e Comércio, Carlos Mesquita, referiu que, ao lançar este instrumento, em resposta a uma das preocupações dos importadores, exportadores



e operadores de trânsito, o Governo moçambicano está a dar mais uma prova de que está comprometido com a facilitação do comércio, em particular, e com a transparência e o acesso à informação, no geral.

“Podemos concluir que o Portal do Comércio Externo é uma ferramenta de grande utilidade pública tanto para o Governo assim como para o sector privado, e que se enquadra no âmbito da transparência e acesso à informação. Este instrumento

vai contribuir para tornar o clima de investimentos mais simples, rápido e menos oneroso”, sublinhou Carlos Mesquita, para quem este portal será, também, útil para os legisladores e formuladores de políticas, que poderão identificar a complexidade dos regulamentos e procedimentos actuais quando aplicados às mercadorias e sugerirem áreas de modernização e reformas.

Por seu turno, o presidente da Confederação das Associações Eco-

nómicas de Moçambique (CTA), Agostinho Vuma, considerou que o portal vai apoiar as empresas, em particular as pequenas e médias, na maximização das suas actividades comerciais com o exterior e impulsionar a economia nacional, bem como concorrer para a minimização do défice de informação sobre as normas e procedimentos aduaneiros a serem observados no processo de importação, exportação e trânsito de mercadorias, melhorando, assim, a competitividade e a robustez dos seus negócios.

Para Agostinho Vuma, “a introdução deste portal terá um impacto considerável na avaliação do país no ranking Doing Business, podendo resultar numa melhoria de até duas posições, uma cifra considerável tendo em conta os desafios actuais que o nosso País enfrenta. Outros benefícios estão ligados à harmonização de procedimentos, o que irá reduzir as discrepâncias ou divergências de informações entre as diferentes instituições públicas intervenientes no comércio, bem como à eliminação de alguns constrangimentos no sector privado”, disse o

presidente da CTA.

Importa realçar que o lançamento do Portal do Comércio Externo segue-se à criação, em 2017, do Comité Nacional de Facilitação do Comércio, um órgão que tem como objectivo coordenar, supervisionar e monitorar a implementação do Acordo de Facilitação do Comércio no País.

O Acordo de Facilitação do Comércio estabelece que cada Estado-membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) deve publicar, de forma não discriminatória e facilmente acessível, toda a informação relevante para o comércio internacional a fim de permitir que os governos, operadores do comércio externo e outros interessados possam conhecê-la.

O Acordo de Facilitação do Comércio, adoptado em 2013, pelos Estados-membros da OMC, visa conferir maior transparência na relação entre governos e operadores de comércio externo, bem como reduzir impactos burocráticos sobre importações e exportações.

Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel+258 84 39 98 635
MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel+258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número O14/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.
Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.